



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ  
PRESIDÊNCIA

**PROLONGAMENTO**  
**102ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023**  
**28/11/2023**

#	PROPOSIÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	AUTOR	ASSUNTO	FASE DE TRAMITAÇÃO
1	PROJETO DE LEI	PROCESSO WEB N° 11220081 /2023	VEREADOR EDUARDO CANUTO	FICA INSTITUÍDO QUE TODA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE MACEIÓ, DEVE TER PELO MENOS UMA QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA	LEITURA
2	PROJETO DE LEI	PROCESSO WEB N° 11230006 /2023	VEREADOR BRIVALDO MARQUES	FICA INSTITUÍDA A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE À DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA, NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ, A SER REALIZADA ANUALMENTE, NA ÚLTIMA SEMANA DO MÊS DE MARÇO.	LEITURA
3	PROJETO DE LEI	PROCESSO WEB N° 11230018 /2023	VEREADOR BRIVALDO MARQUES	DISPÕE SOBRE A TUTELA E A SEGURANÇA DO PÚBLICO EM GRANDES EVENTOS E SHOWS AO DETERMINAR A OBRIGATORIEDADE DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEITURA
4	PROJETO DE LEI	PROCESSO WEB N° 11230035 /2023	VEREADOR VALMIR DE MELO GOMES	DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DO INSTITUTO DE DEFESA DOS CONSUMIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS	LEITURA
5	PROJETO DE DECRETO	PROCESSO WEB N° 11180001 /2023	VEREADORA OLIVIA TENORIO	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE ÁGUA NOS SHOWS DE GRANDE PORTE E A PERMISSÃO DA ENTRADA DE GARRAFAS DE ÁGUA DE USO PESSOAL, EM MATERIAL ADEQUADO	LEITURA
6	PROJETO DE DECRETO	PROCESSO WEB N° 11240030 /2023	VEREADOR RODOLFO BARROS	INSTITUI O PROGRAMA IMPRENSA JOVEM NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	LEITURA



ESTADO DE ALAGOAS  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
GABINETE DO VEREADOR EDUARDO CANUTO

**PROJETO DE LEI Nº 633 / 2023**

*Fica Instituído que Toda Escola da Rede Pública de Ensino de Maceió, Deve Ter Pelo Menos Uma Quadra Poliesportiva Coberta.*

**À Câmara Municipal de Maceió Decreta:**

**Art. 1º.** As escolas da rede pública da Educação Básica de Maceió deverão possuir, pelo menos, uma quadra poliesportiva coberta, compatível com o tamanho da escola e o número de alunos, para a oferta das aulas de Educação Física.

**Parágrafo único.** Escolas que já possuem quadras não-cobertas devem providenciar a sua cobertura no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió, 22 de novembro de 2023.



**Eduardo Canuto**  
Vereador



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**GABINETE DO VEREADOR EDUARDO CANUTO**

**JUSTIFICATIVA**

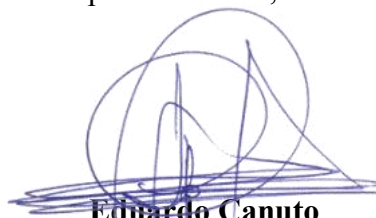
A exposição à radiação solar, em especial aos raios ultravioletas do sol, é reconhecidamente prejudicial para a saúde. No Brasil, segundo estimativas do Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer de pele representa 33% do total dos casos de câncer e, a cada ano, temos 180 mil novos casos. Várias categorias profissionais trabalham diretamente expostas, como os Professores de educação física, além, também, de estudantes durante as aulas semanais obrigatórias de Educação Física conforme Lei Federal 10.793, de 1º de dezembro de 2003.

Dados do Censo Escolar de 2018, mostram que no Brasil existem 48,5 milhões de estudantes na Educação Básica, sendo 39,5 milhões na rede pública. Muitos não gostam das aulas de educação física, componente curricular obrigatório, devido ao ambiente e horário inadequados. Entre os fatores que fazem com que o estudante não queira praticar a educação física na escola estão espaços inapropriados, horário indevido e calor excessivo.

Nestas condições, estudantes e professores podem sofrer insolação, desidratação, desenvolver melasmas (manchas na pele em tom marrom, causadas pela exposição ao sol) entre outros problemas. Além disso, Profissionais de Educação Física que trabalham longos períodos expostos ao sol, como é o caso dos Professores da Educação Básica, estão mais suscetíveis ao câncer de pele.

Diante disso, para assegurar a saúde de estudantes e professores, propomos a cobertura das quadras poliesportivas de novas escolas, bem como a cobertura das quadras já existentes no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, e contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente iniciativa.

S.S. da Câmara Municipal de Maceió, em 22 de novembro de 2023.



**Eduardo Canuto**  
Vereador



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2023**  
**(BRIVALDO MARQUES/MDB-AL)**

**FICA INSTITUÍDA A SEMANA DE  
CONSCIENTIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO,  
PREVENÇÃO E COMBATE À  
DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA, NO  
MUNICÍPIO DE MACEIÓ, A SER  
REALIZADA ANUALMENTE, NA  
ÚLTIMA SEMANA DO MÊS DE MARÇO.**

A Câmara Municipal de Maceió decreta:

**Art. 1º** Fica instituída a semana de conscientização, orientação, prevenção e combate à dependência tecnológica, no município de Maceió, a ser realizada anualmente, na última semana do mês de março;

**Art. 2º** A conscientização, a orientação, a prevenção e o combate a que se refere o caput do art. 1º compreendem a realização de procedimentos informativos e educativos a respeito da nocividade da dependência tecnológica, envolvendo a conscientização da sociedade acerca da necessidade do controle, pelas famílias, do tempo de uso e do conteúdo acessado por crianças na internet;

§1º Considera-se dependência tecnológica o uso compulsivo de internet, de jogos de videogame, computador, celular e outros dispositivos eletrônicos móveis.

§2º O poder público, a seu critério, poderá estabelecer parcerias com a iniciativa privada com o fim de viabilizar os procedimentos a que se refere o caput do art. 2º.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor no ato de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 23 de novembro de 2023.

*Brivaldo Marques Silva Neto*

**Brivaldo Marques Silva Neto**

VEREADOR – MDB/AL



## JUSTIFICATIVA

As novas dependências do século XXI surgem hoje, como uma consequência à facilidade de acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC's), por parte da população em geral. Os avanços de hoje em dia, científicos e tecnológicos, dependem da utilização que se faz deles, e podem trazer benefícios ou riscos para a humanidade. Estas tecnologias têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida, mas trazem também alguns riscos, como por exemplo a dependência tecnológica. Os estudos demonstram a importância da prevenção desta situação, e da sensibilização dos técnicos de saúde, educadores e encarregados de educação para esta problemática.

Em 2016, Young, classificou as dependências nas novas tecnologias em vários subtipos. Por exemplo, a adição aos vários aparelhos tecnológicos, a adição ao cibersexo, à pornografia, trocas de mensagens com intuito sexual. Também os jogos online, adição às redes sociais ou excesso de pesquisa de informação. Os grupos de risco são as crianças, os adolescentes e os universitários. Mas além destes grupos etários, há também determinadas características que um indivíduo pode ter que podem constituir fatores de risco: como aqueles que estão insatisfeitos com a vida pessoal; pessoas com carências afetivas, com baixa autoestima, pessoas impulsivas e pouco tolerantes à frustração, ansiedade e depressão são também fatores de risco para o desenvolvimento da adição às TIC's, as pessoas tímidas e com dificuldades na comunicação assim como as pessoas solitárias.

Os dependentes não conseguem controlar seu envolvimento e seu uso com a vida real e social, o que pode além do isolamento provocar desconforto emocional, ansiedade, agitação, irritabilidade, depressão, perturbação, toc (transtorno-obsessivo-compulsivo) e outros. Quando ocorre em adultos, a dependência digital pode ser tratada com terapias, mas quando ocorre em crianças e jovens além da terapia psicológica deve haver a interferência dos pais quanto ao uso do computador que pode ser feita colocando o computador em local visível aos olhos dos pais, estipulando horários para a utilização do computador, invertendo os horários estipulados para navegação, restringindo acesso aos sites visitados compulsoriamente e outras.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Maceió, 23 de novembro de 2023.

*Brivaldo Marques Silva Neto*

**Brivaldo Marques Silva Neto**

**VEREADOR – MDB/AL**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2023**  
**(BRIVALDO MARQUES/MDB-AL)**

**DISPÕE SOBRE A TUTELA E A  
SEGURANÇA DO PÚBLICO EM  
GRANDES EVENTOS E SHOWS AO  
DETERMINAR A OBRIGATORIEDADE  
DE FORNECIMENTO DE ÁGUA  
POTÁVEL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Maceió decreta:

**Art. 1º** Fica definido que a responsabilidade da tutela e da segurança do público em grandes eventos e shows, no tocante à disponibilização de água potável, é dos organizadores do evento.

**§1º** É dever da organização do evento garantir ao público o direito de acesso à água potável.

**§ 2º** Considera-se água potável para os efeitos desta lei, a água de qualidade suficiente para consumo humano, que não causa nenhum risco à saúde e é agradável aos sentidos.

**Art. 2º** O acesso ao direito à água potável será promovido pelos organizadores de grandes eventos e shows, de forma discricionária, através da disponibilização de bebedouros, oferta de água potável, permissão para que o público ingresse com garrafas de água de uso pessoal em material adequado e seguro, ou outro meio que garanta o acesso à água potável durante todo o evento.

**Art. 3º** Em eventos com alta exposição ao calor, os organizadores de eventos deverão proporcionar ilhas de hidratação de fácil acesso, sendo vedada a cobrança de taxas ou valores adicionais pelo acesso às referidas ilhas.

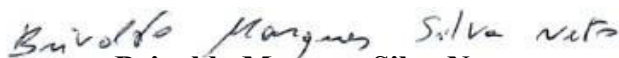
**Parágrafo único.** Considera-se ilha de hidratação, local destinado especificamente para que o público de grandes eventos e shows se hidrate e tenha o direito de acesso à água potável gratuita garantido durante toda a realização do evento.

**Art. 4º** As informações sobre a localização das ilhas de hidratação deverão ser feitas de maneira facilitada e objetiva por meio de anúncios, mapas ou outros meios adequados que garantam a devida instrução do público presente.

**Art. 5º** Cabe ao Poder Executivo definir o órgão fiscalizador do cumprimento desta lei, bem como as penalidades a serem aplicadas aos infratores.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 23 de novembro de 2023.



**Brivaldo Marques Silva Neto**

VEREADOR – MDB/AL

## JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa garantir por força de lei o direito ao acesso à água potável para o público de grandes eventos e shows realizados na cidade de Maceió/AL. Essa iniciativa é uma resposta à tragédia nacional que ocasionou a morte da jovem de 23 anos, Ana Clara Benevides pela falta de hidratação em um show realizado na cidade do Rio de Janeiro, no qual a organização do evento impediu a entrada de garrafas de água para uso pessoal e cobrou preço exorbitante pelo acesso à água potável.

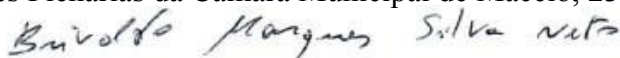
Dessa forma, o presente projeto de lei visa estabelecer normas e diretrizes para assegurar o acesso à água potável ao público frequentador de grandes shows e eventos, reconhecendo a relevância intrínseca desse direito fundamental à saúde e bem-estar da população.

Entende-se que a responsabilidade pela tutela e segurança do público em eventos dessa magnitude recai diretamente sobre os organizadores. A oferta de água potável constitui medida essencial para a promoção da saúde pública e o bem-estar dos participantes, impondo-se, assim, como dever inalienável dos promotores de tais acontecimentos.

A urgência na implementação desta legislação ganha maior significância diante da emergência climática que assola o planeta. As drásticas alterações nas temperaturas impõem a necessidade de medidas preventivas, evitando tragédias como as ocorridas no Rio de Janeiro, tendo em vista que, durante o verão, Maceió é palco frequente de eventos e, portanto, estar suscetível a situações críticas, tornando crucial a aprovação e efetivação do presente projeto de lei.

Diante do exposto, considerando a importância vital da garantia de acesso à água potável em grandes eventos, e à urgência diante da emergência climática, insta-se a aprovação deste projeto de lei como medida imperativa para a preservação da saúde pública e o resguardo da segurança do público em eventos.

Sala das Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Maceió, 23 de novembro de 2023.



**Brivaldo Marques Silva Neto**

**VEREADOR – MDB/AL**



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ  
GABINETE DO VEREADOR DR. VALMIR

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2023**

**(Vereador Dr. Valmir)**

**DECLARAÇÃO DE UTILIDADE  
PÚBLICA DO INSTITUTO DE  
DEFESA DOS CONSUMIDORES DO  
ESTADO DE ALAGOAS**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ decreta:**

**Art. 1º** - Fica declarada de utilidade pública o Instituto de Defesa dos Consumidores do Estado de Alagoas, CNPJ 02/744.442/0001-78, com sede e foro jurídico no município de Maceió.

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 23 de novembro de 2023.

**DR. VALMIR DE MELO GOMES**  
*Vereador – Partido dos Trabalhadores*  
*Presidente da Comissão de Saúde Pública, Higiene e Serviço Social*

Rua Sá e Albuquerque, 564, Jaraguá/Maceió – Alagoas, 57022-180  
**GABINETE ONLINE: (82) 99607-0037**

 drvalmirvereador

 gab.valmirkomes@maceio.al.leg.br



**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ  
GABINETE DO VEREADOR DR. VALMIR**

**JUSTIFICATIVA**

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,**

Considerando a relevância e o papel fundamental desempenhado pelo Instituto de Defesa dos Consumidores do Estado de Alagoas na proteção e promoção dos direitos dos cidadãos consumidores, é essencial reconhecer sua importância como uma entidade de utilidade pública.

O Instituto tem sido uma voz ativa na defesa dos direitos dos consumidores, fornecendo orientação, assistência e representação para os cidadãos em questões relacionadas a produtos e serviços, garantindo que sejam tratados de maneira justa e de acordo com as legislações vigentes.

A instituição se destaca na educação e conscientização dos consumidores, promovendo campanhas educativas, palestras e workshops que visam informar os cidadãos sobre seus direitos, responsabilidades e melhores práticas de consumo, contribuindo assim para relações mais equilibradas entre consumidores e fornecedores.

O reconhecimento do Instituto como entidade de utilidade pública fortalece a cidadania ao proporcionar maior confiança aos consumidores no acesso à justiça e na garantia de seus direitos. Além disso, a transparência e o respaldo institucional reforçam a credibilidade das ações empreendidas pelo Instituto.

Dessa forma, é imprescindível e oportuno que este projeto de lei seja aprovado, conferindo ao Instituto de Defesa dos Consumidores do Estado de Alagoas o status de utilidade pública. Esse reconhecimento formal fortalecerá sua capacidade de atuação, ampliando seu alcance e impacto na defesa e promoção dos direitos dos consumidores, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e equitativa.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Maceió, 21 de novembro de 2023.

**DR. VALMIR DE MELO GOMES**  
Vereador – Partido dos Trabalhadores  
Presidente da Comissão de Saúde Pública, Higiene e Assistência Social

Rua Sá e Albuquerque, 564, Jaraguá/Maceió – Alagoas, 57022-180  
**GABINETE ONLINE: (82) 99607-0037**

Instituto de Defesa dos Consumidores de Alagoas- IDECON-AL

Fundado em 05 de agosto de 1998

Endereço Av. Comendador Gustavo Paiva, 2789 Sala 803

Maceió – Al Mangabeira Cep:57.073.532

Utilidade Pública Estadual lei Nº 7.940 de novembro de 2017

## REQUERIMENTO

Excelentíssimo Senhor,

Vereador Valmir Gomes de Melo

Digníssimo vereador do município de Maceió

O Instituto de defesa dos direitos dos consumidores do estado de alagoas – Idecon-al CNPJ: 02.744.442/0001-78 situado a Av: comendador Gustavo Paiva ,2789 Cep:57.073.532 telefone 82-99912-1333 Email [ideconinstituto@gmail.com](mailto:ideconinstituto@gmail.com) vem por meio deste , solicitar a vossa Excelência a concessão do título de utilidade publica municipal ,por se tratar de entidade dedicada a defesa dos direitos dos consumidores do Estado de Alagoas conforme segue os documentos em anexo.

Neste termos peço deferimento.

Tony Clóves Pereira  
Presidente do IDECON-AL

Maceió, 11 de setembro de 2023.

# **IDECON-AL**

Instituto de Defesa dos Consumidores do Estado de Alagoas  
CNPJ 02.744.442/0001-78

## **DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO**

O INSTITUTO DE DEFESA DOS CONSUMIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS, inscrito no CNPJ nº 02.744.442/0001-78, declara para os devidos fins de comprovação de endereço que exerce suas atividades nos endereço:

**SEDE ADMINISTRATIVA - AVENIDA COMENDADOR GUSTAVO PAIVA, Nº 2789,  
SALA 803, BAIRRO MANGABEIRAS, MACEIÓ, ALAGOAS, CEP 57.037-532.**

Maceió/AL, 23 de novembro de 2023.



**TONY CLOVES PEREIRA**  
**Presidente - IDECON-AL**



# ESTATUTO.

Assinado por F. H. Camargo  
Advogado  
OAB/AL 5586

**IDECON-AL Instituto de defesa dos consumidores do estado de alagoas**  
Sede localizada na Rua Vereador João Dantas Feitosa, 413 - Centro - CNPJ: 02.744.442/0001-78.  
Fundada em 1998  
**CAPITULO I**  
**Denominação, Sede, Foro, Entidade, Representante e Base Territorial da IDECON-AL.**

**Admissão, Fins, Objetivos, Finalidade e Deveres.**

**Art. 1º** - Sob a denominação de Instituto de defesa dos consumidores do estado de alagoas, também designada pela sigla de IDECON-AL, constituída em 19 de abril de 1998 fica criada para fins de assistência social, benefícios, proteção e defesa dos direitos, interesses e representação legal dos consumidores dos serviços públicos e privados por tempo indeterminado, uma associação civil de direitos privados sem fins econômicos, sem discriminação social, econômica, nem preconceitos de origem. Sexo, idade, raça, cor, credo religiosos, políticos partidário, filosófico e ideológico. Com sede social administrativa na Rua Vereador João Dantas Feitosa, 413 - Centro - Delmiro Gouveia-AL.

**Art. 2º** - A representação da IDECON-AL abrange todos os consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas.

**Art. 3º** - A IDECON-AL como pessoa jurídica de direito privado, regulamentar-se-á pelo presente estatuto e pelas normas de direitos que lhe foram aplicáveis.

**Parágrafo Único** - A IDECON-AL terá personalidade distinta dos seus sócios ou filiada, os quais não respondem ativo, passivo, subsidiário ou solidariamente pelas obrigações por ela assumidas.

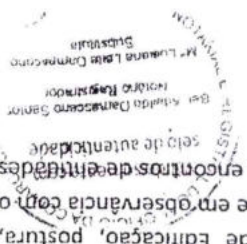
## II. DOS OBJETIVOS SOCIAIS:

**Art. 4º** - A IDECON-AL tem por objetivo social:

- a) promover assistência social, benefícios e defender os interesses individuais e coletivos dos consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas.
- b) estudar e obter soluções para problemas dos consumidores dos serviços públicos e privados, encaminhando-as as autoridades competentes quando for o caso;
- c) zelar pela qualidade de vida dos consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas em todos os sentidos;

- d) Conjuguar esforços com outras entidades no desenvolvimento das atividades políticas, socioeconômicas, comunitárias. Incentivando atividades culturais, esportivas e recreativas;
- e) participar junto à entidade de outros setores sociais de atividades que visem interesses comuns;
- f) criar, defender e incentivar programas e projetos de geração de emprego e renda, sobre forma de pequenas empresas e de cooperativas populares;
- g) se relacionar com entidades de outros estados que tenham participação na luta pela solução dos grandes problemas dos consumidores dos serviços públicos e privados;
- h) aprofundar os entendimentos, corrigir erros e acertar o prumo das diretrizes de participação popular. Na democratização do país, junto à sociedade civil organizada e autoridades governamentais;

- i) defender os interesses difusos e coletivos dos consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas perante a Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica Municipal, Código Municipal de Edificação, postura, urbanismo, plano diretor do município, código do consumidor, lei da criança e do adolescente em observância com o que forem deliberados pelos conselhos de fatos e de direitos, fóruns, plenárias, congressos, encontros de entidades governamentais e não governamentais;



j) representar os consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas, ASSISTIR, BENEFICIAR E DEFENDER o idoso, a mulher, a criança, o adolescente, o deficiente físico e mental. Bem como, combater qualquer tipo de discriminação contra os mesmo.

k) promover a assistência social, cultura, educação, saúde, segurança alimentar, nutricional, voluntariado, desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza, defender a ética, "paz, cidadania, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, preservação e conservação do meio ambiente" informar e orientar o consumidor sobre produtos e serviços e todos os demais aspectos envolvidos nas relações de consumo, incluindo legislação, regulamentação e fiscalização;

m) realizar testes de qualidade comparativos entre produtos oferecidos ao consumidor, assim como, pesquisa de preços;

n) planejar, produzir e editar material gráfico, CDs, vídeos, rádio comunitária, jornais, revistas, entre outras formas de dar publicidade no cumprimento dos seus objetivos;

o) atuar junto aos poderes públicos visando o aperfeiçoamento da legislação e das normas de fiscalização e demais procedimentos de defesa do consumidor, bem como, o cumprimento das leis de defesa de consumidor e normas promulgadas;

p) atuar junto a instituições públicas e privadas, visando o aperfeiçoamento das normas e dos procedimentos relativos ao fornecimento de produtos e serviços;

q) atuar judicialmente ou extrajudicialmente em defesa do consumidor, associado ou não, coletiva ou individualmente, perante os poderes públicos e privados, inclusive nos casos em que o consumidor seja prejudicado com exigência de taxa e tributos;

r) promover estudos, pesquisas, cursos e a defesa do consumidor;

s) promover o intercâmbio de conhecimentos técnicos, científicos e de capacitação com profissionais e com outras entidades congêneres, municipais, estaduais, nacionais e internacionais para troca de informações e outras de interesses sociais;

**Parágrafo Único - A IDECON-AL não distribuirá entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores empregados ou doadores eventuais excedentes, operacionais, brutos ou líquidos divididos ou parcelas de seu patrimônio, auferidos mediante o exercício, de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.**

#### **DAS FINALIDADES E DEVERES**

**Art. 5º - A IDECON-AL tem por finalidade e dever:**

- a) promover a mais ampla integração entre os consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas, visando incentivar a participação de todos na luta por direitos políticos, sociais, econômicas e judiciais;
- b) divulgar informações, promover seminários, simpósios, debates, excursões e outros eventos, visando o esclarecimento dos consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas dentro das questões políticas, econômicas e sociais;
- c) Prestar apoio a todos os consumidores dos serviços públicos e privados sócios, contra as discriminações praticadas contra os mesmo;
- d) tentar soluções para os problemas que affligem os consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas;
- e) Celebrar convênios, parcerias e acordos perante as autoridades administrativas e judiciais;
- f) representar os interesses gerais dos consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas, perante as autoridades administrativas e judiciais;
- g) definir contribuições dos associados, mediante decisões de Assembleias Gerais;
- h) estimular a organização dos consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas e promover constantemente reuniões com os consumidores dos serviços públicos e privados em sua sede;
- i) defender de forma participativa a solidariedade entre os povos para a conquista da cidadania e da paz em todo o mundo;



Notário Público  
Mário Roberto Regis  
AL 5586



j) lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas pela justiça social e pelos direitos fundamentais do homem, bem como manter relações com as demais associações para concretização da solidariedade social e da defesa dos interesses dos consumidores dos serviços públicos e privada no estado de alagoas;

k) estimular a geração de emprego e renda, criar pequenas e micro empresas e Cooperativas de Consumo;

l) no desenvolvimento de suas atividades, A IDECON-AL observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e não fará qualquer discriminação;

m) A IDECON-AL poderá receber contribuição, doações, legados e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas Municipal, Estadual, Nacional e internacional, destinados a formação e ampliação de seu patrimônio ou a realização de trabalhos específicos;

n) Os recursos financeiros da IDECON-AL, sejam eles gerados no Brasil ou oriundos de doações de instituições internacionais, governamentais e não governamentais, serão aplicados unicamente e exclusivamente em atividades no Brasil;

o) Para cumprir seu propósito a IDECON-AL atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos de apoio a outras organizações sem fins. Econômicos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins;

p) A fim de cumprir seus objetivos, A IDECON-AL se organizará em todos os municípios que se fizerem necessários com sobre sede as quais se regerão pelo presente estatuto e pelas normas de direitos que forem aplicáveis;

q) a IDECON-AL terá um regimento interno que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento;

r) manter o livro caixa e o livro de assinaturas de presença e de Atas da IDECON-AL em dias com as anotações obrigatórias.

#### IV. DA ADMISSÃO DE ASSOCIAÇÃO:

Art. 6 - A IDECON-AL é constituída, por todos os consumidores dos serviços públicos e privada no estado de Alagoas, devidamente associados.

Parágrafo 1º - fica facultativo o cadastro em caráter provisório, do associado que não preencher as exigências contidas neste estatuto;

Parágrafo 2 - todo pedido de filiação deverá ser apreciado pela Coordenadoria Exclusiva, exceto, para os sócios fundadores da IDECON-AL;

Parágrafo 3 - a admissão como sócio será feita mediante a assinatura de proposta.

#### CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - todos os consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas maiores de 18 (dezoito) anos que residem no estado de Alagoas, é assegurado o direito de ser associado.

Art. 8º São três as categorias sociais:

I - sócio fundador;

II - sócio efetivo;

III - sócio honorário.

Art. 9 São sócios fundadores, aqueles integrados na IDECON-AL por ocasião da sua fundação, conforme assinaturas no livro próprio. Art. 10. Efetivos - São aquelas associadas pessoas físicas ou jurídicas que estão em dias com suas obrigações que contribuirão para manter os trabalhos sociais desenvolvidos, tendo, por isso, plenitude de todos os direitos sociais.

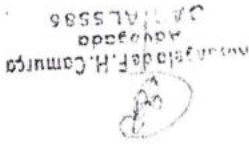
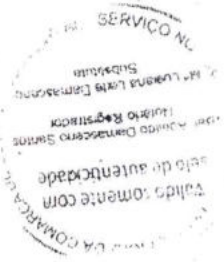
Art. 11. São sócios honorários, todas as pessoas distinguidas com este título pela Diretoria por relevantes serviços prestados a IDECON-AL, segundo indicação da Diretoria, não tendo, porém, o direito de votarem e serem votados para cargos na IDECON-AL.

Parágrafo 2º - no caso de recusa do pedido de filiação, caberá recurso na forma deste estatuto.

#### SEÇÃO 1 DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS:

##### I - DOS DIREITOS:

Art. 12 - São direitos dos associados:



- a) votar e ser votada, para qualquer cargo da IDECON-AL, respeitando as determinações deste estatuto;
- b) participar e encaminhar as decisões tomadas em Assembleias Gerais;
- c) requerer a convocação da assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 18 e seus parágrafos deste estatuto;
- d) apresentar proposta, sugestões ou reivindicações a IDECON-AL;
- e) participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- f) integrar os grupos de trabalho;
- g) fazer uso das dependências da IDECON-AL para atividades previstas neste estatuto, mediante prévia autorização da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal;
- h) gozar dos serviços e benefícios proporcionados pela IDECON-AL;
- i) requerer a Diretoria Executiva e/ou Conselho Fiscal, mediante justificativa, e com no mínimo 10% dos associados quitos com a tesouraria da IDECON-AL a convocação da Assembleia Geral Extraordinária;
- j) recorrer administrativamente na forma prevista neste estatuto, das decisões emanadas da Coordenadoria Executiva e do Conselho Fiscal;

**Parágrafo 1 -** os direitos dos associados são intransferíveis;

**Parágrafo 2 -** perderão seus direitos o associado que por qualquer motivo deixar comparecer as assembleias ou ficar inadimplente com a tesouraria da IDECON-AL, por um período de 03 (três) meses.

**Art. 13 -** São deveres do associado:

- a) trabalho em prol dos objetivos da IDECON-AL, zelando pela respeitabilidade da entidade;
- b) respeitar os dispositivos estatutários e demais regulamentos da IDECON-AL;
- c) pagar pontualmente a contribuição mensal ou taxa fixada pela assembleia Geral;
- d) comparecer as reuniões, assembleias e seminários convocados pela IDECON-AL, acatar e encaminhar suas decisões;
- e) prestar a ação popular e trabalhar pela organização dos consumidores dos serviços públicos e privados no estado de alagoas;

g) cumprir e exigir o cumprimento do presente estatuto.

**Art. 14 -** Estão sujeitos às penalidades de suspensão e eliminação do quadro de sócio, pela Coordenadoria Executiva e/ou Conselho Fiscal, os associados que desrespeitarem as resoluções, regimento interno e determinações previstas neste estatuto.

**Parágrafo 1º -** A diretoria Executiva deverá na primeira assembleia Geral, apresentar proposta de Regimento Interno para a devida discussão e aprovação do mesmo.

**Parágrafo 2º -** a diretoria Executiva deve apreciar a falta cometida pelo associado instaurando processo administrativo com amplo direito de defesa a ser submetido em última instância à assembleia Geral;

**Parágrafo 3º -** cabe recursos da decisão à assembleia Geral Extraordinária convocada na forma deste estatuto;

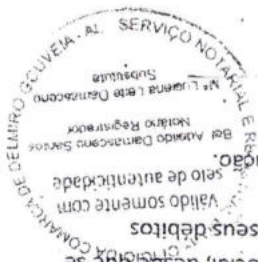
**Parágrafo 4 -** cabe a assembleia geral a eliminação do sócio que sem motivo justificado atrasar 03 (três) meses do pagamento de suas contribuições sociais;

**Parágrafo 5 -** os diretores e os sócios ou pessoas que exercer representação em nome da IDECON-AL sem autorização prévia, da diretoria, fica sujeito às punições e sanções de conformidade com o estatuto. Conforme resoluções e regimento interno da IDECON-AL.

**Art. 15 -** Será garantido o reingresso a IDECON-AL do sócio que tenha sido eliminado do quadro social, desde que se habilite & juízo da diretoria Executiva e/ou Conselho Fiscal e/ou Assembleia Geral ou que liquide seus débitos válido somente com selo de autenticidade

**Parágrafo Único -** o sócio readmitido não sofrerá prejuízo na contagem do tempo anterior de filiação.

**Art. 16 -** Não poderá se candidatar o associado que:



Notário Público F.H. Camargo  
15/05/2015



- a) não estiver quite com as contribuições da IDECON-AL;
- b) houver lesado o patrimônio de qualquer Entidade;
- e) conter menos de 01(um) ano de inscrição no quadro social da IDECON-AL, na data da eleição;
- d) não estiver no gozo dos direitos sociais;
- e) estiver enquadrado nos impedimentos deste estatuto.
- f) estiver processado;

Art. 17 - São órgãos de deliberação, estruturação e administração da IDECON-AL, conforme ordem hierárquica abaixo:

- a) Assembleia Geral;
- b) diretoria Executiva;
- e) Conselho Fiscal;

## SEÇÃO 1 DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 18 - As Assembleia Gerais constituídas de todos os associados, poderá ser Ordinária e Extraordinária. e' o órgão máximo de decisão da IDECON-AL, tendo poderes dentro dos limites da lei e deste estatuto para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral será realizada ordinariamente, UMA VEZ POR ANO, ou extraordinariamente a qualquer tempo. Mediante convocação de 2/3 (dois terços) da Diretoria Executiva, ou pela maioria do Conselho Fiscal, ou por 10% dos associados quites com suas obrigações sociais;

Parágrafo 2º - A Assembleia Geral terá como finalidade tomar decisões fundamentais, e ainda deliberar sobre pauta de reivindicações dos diretores, e associados sendo que todas as decisões tomadas em Assembleia Geral vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes;

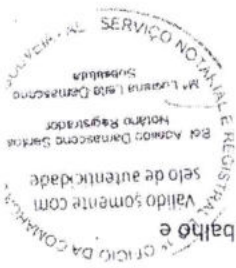
Parágrafo 3º - caso a Diretoria Executiva não convoque a Assembleia Geral no prazo estabelecido, esta poderá ser convocada através de requerimento assinado por 50% dos associados quites com suas obrigações sociais que deverão dar cumprimento a este estatuto;

Parágrafo 4º - decorridos (05) (cinco) dias úteis da entrega de requerimento que pede a convocação da Assembleia Geral, caso a Coordenadoria Executiva e/ou o Conselho Fiscal não tenha tomado tal iniciativa esta será tomada pelos próprios requerentes na forma do art. 18, deste estatuto; Parágrafo 5º - No caso da convocação ser feito por associados, o EDITAL deve ser assinado no mínimo por 03 (três) dos signatários do documento que fez a solicitação; Parágrafo 6º - os ocupantes de cargos estatutários bem como quaisquer outros associados não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se retiraram, direta ou indiretamente, mas não liberarão privados de tomar parte nos respectivos debates; Parágrafo 7º - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar de Ata lavrada em livro próprio, a qual lida corrigida e aprovada, será assinada ao final dos trabalhos pelo coordenador administrativo, pelo Presidente e por, no mínimo, 03 (três) associados presentes;

Parágrafo 8º - A Assembleia Geral poderá ser suspensa admitindo-se a continuidade em data posterior, sem necessidade de novos Editais de convocação desde que determinada data, hora, e local de prosseguimento da sessão esteja previsto no referido EDITAL;

Art. 19- Compete a Assembleia Geral decidir sobre a política geral da IDECON-AL e seu plano de luta, trabalho e metas, além de;

a) eleger e empossar a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal;



Notário Público  
Bel. Agostinho Damasceno Dantas  
Substituto  
Bel. Luciano Lima Damasceno  
AL 5586

b) ratificar a escolha dos membros da diretoria Executiva;  
c) aprovar as contas da IDECON-AL depois do parecer do Conselho Fiscal;

d) pronunciar-se sobre relatórios, balanços, orgânicos e plano geral de trabalho;

e) deliberar sobre qualquer outro assunto de interesse da IDECON-AL e/ou dos consumidores;

Parágrafo 1º - A prestação de contas da Diretoria Executiva deverá ser acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo relatórios da gestão, o balanço levantado no primeiro e segundo semestres do exercício social, bem como, os demonstrativos das receitas e despesas decorrentes das mensalidades, doações, convênios e contribuições financeiras;

Parágrafo 2º - Mediante justificativas, previstas neste estatuto, a Assembleia Geral poderá destituir qualquer membro da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e/ou de Departamentos da IDECON-AL fazendo registro em Ata.

Art. 20 - A Assembleia Geral será convocada com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos, através de edital de convocação com ampla divulgação através de panfletos ou boletins e fixação do referido EDITAL na sede da IDECON-AL

e nos locais públicos de bastante acesso dos consumidores ou em jornais de grande circulação.

Parágrafo Único - A Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com a presença de no mínimo metade dos associados, e em segunda e última convocação, para a mesma data e 1 al, 30 (trinta) minutos depois, com no mínimo com qualquer número de associados.

Art. 21 - Sempre que 1º interesse social exigir, será convocado uma Assembleia 1ª geral Extraordinária, cuja convocação explicará os motivos da iniciativa e poderá deliberar sobre qualquer assunto desde que mencionando no referido EDITAL de convocação.

## SEÇÃO II DO CONSELHO FISCAL

Art. 22 - O Conselho Fiscal é composto de 03 (três) membros Titulares e 03 (três) suplentes eleitos quadrienalmente, juntamente com a Diretoria Executiva, e tem seguinte distribuição de cargos:

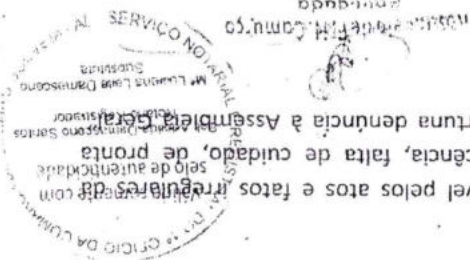
- a) 1º Conselheiro fiscal;
  - b) 2º Conselheiro Fiscal;
  - c) 3º Conselheiro fiscal;
  - d) 1º Suplente do Conselho Fiscal;
  - e) 2º Suplente do Conselho Fiscal;
  - f) 3º Suplente do Conselho Fiscal
- Art. 23 - Ao Conselho Fiscal Compete:

- a) dar parecer sobre o orçamento da IDECON-AL para o exercício financeiro anual;
- b) opinar sobre as despesas extraordinárias, balanços e fazer retificações;
- c) fiscalizar as contas e escriturações contábeis da IDECON-AL;
- d) convocar a Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária nas circunstâncias previstas neste estatuto, para deliberar sobre irregularidades na IDECON-AL e/ou de interesse social.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal terá que apresentar à Assembleia Geral Ordinária, relatórios sobre suas atividades e pronunciar-se sobre as irregularidades dos atos praticados pela Diretoria Executiva e eventuais pendências da IDECON-AL;

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal deverá instaurar inquéritos administrativos e comissões de averiguação mediante prévia anuência da Assembleia Geral;

Parágrafo 3º - Os membros do Conselho Fiscal é solidariamente responsável pelos atos e fatos irregulares da administração da IDECON-AL, cuja prática decorra de sua omissão, displicência, falta de cuidado, de pronta advertência à Diretoria Executiva e, na inércia ou renitência desta, de oportuna denúncia à Assembleia Geral.





Art. 24 - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente cada 06 (seis) meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 25 - O Conselho Fiscal reunir-se-á sempre com os 03 (três) membros que deve opor os seus vistos a toda documentação examinada limitando ainda pareceres de opiniões, manifestadas sempre por escrito.

### SEÇÃO III DA DIRETORIA EXECUTIVA:

Art. 26 - A Coordenadoria Executiva é composta de 05 (cinco) membros titulares quadrienalmente eleitos, juntamente com o Conselho Fiscal, pelo voto direto e secreto dos associados em pleno gozo dos seus direitos sociais e na forma, previsto neste Estatuto, e tem a seguinte distribuição de cargos:

#### TITULARES:

1. Presidente
2. Vice-Presidente
3. Secretário

4. Tesoureiro Financeiro
5. Diretor de Comunicação
6. 1 - Conselheiro Fiscal
7. 2º - Conselheiro Fiscal
8. 3º - Conselheiro Fiscal
9. 1º - Suplente do Conselho Fiscal
10. 2º - Suplente do Conselho Fiscal
11. 3º - Suplente do Conselho Fiscal

Parágrafo 1º - A IDECON-AL terá um Conselho Consultivo e é constituído de vinte (20) membros, indicados pela Coordenadoria Executiva, entre os sócios efetivos, tendo mandato de dois (02) anos e as funções de cada membro indelegáveis.

Parágrafo 2º - O Conselho de Consultivo elegera, entre seus membros, o Presidente, Vice-Presidente e o Secretário podendo, pra melhor desempenho de suas atribuições, criar cargos com funções específicas, que serão nomeados pelo Direção Geral.

Parágrafo 3º - O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, duas (02) vezes por ano, nos meses de janeiro e julho e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho serão convocadas pelo seu Presidente ou a requerimento de um terço (1/3) de seus membros, instalando-se com a presença mínima de cinco (05) conselheiros.

Parágrafo 5º - As deliberações do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria simples de votos assegurado ao Presidente o voto de qualidade e será encaminhada para a Coordenadoria Executiva para os devidos encaminhamentos e será registrada em ata.

Parágrafo 6º - As vagas do Conselho/ serão preenchidas por indicação da Diretoria Executiva conforme

Parágrafo 1º do art. 26 após a vacância.

Parágrafo 7º - O Conselho terá um regimento interno que será aprovado pelos seus componentes.

Ier é Assessora/um voa 08 01(um) COORDENADORIAS REGIONAIS parágrafo Único: os coordenadores não baixará portaria nomeado e/ou coordenadores os Regionais titulares e Adjuntos.

### COORDENADORIAS REGIONAIS DA IDECON-AL

1. Coordenadoria Regional do Sertão.
2. Coordenadoria Regional do Sertão Central.
3. Coordenadoria Regional do Agreste.
4. Coordenadoria Regional da Zona da Mata
5. Coordenadoria Regional do Litoral Norte



Assessoria Regional  
M. H. Camargo  
01/05/06

6. Coordenadoria Regional da Grande Maceió

7. Coordenadoria Regional do Litoral Sul

8. Coordenadoria Regional do Baixo São Francisco

## DAS COORDENADORIAS REGIONAIS DA IDECON-AL,

Art. 27 - A IDECON-AL é representada nos Municípios de Alagoas através das Coordenadorias Regionais que serão distribuídas geograficamente e tem a seguintes distribuições de cargos: Coordenador Regional do Agreste, do Sertão, Sertão Central, Baixo São Francisco, Zona da Mata, Litoral Norte, Litoral Sul,  
1º - Os Coordenadores Regionais são indicados pelo PRESIDENTE da IDECON-AL, conforme  
Parágrafo 1º - do Art. 26º, deste Estatuto.

Art. 28º - Aos Coordenadores Regionais Compete:

a) Representar a IDECON-AL nos municípios onde compõe sua região;

b) Levantar os problemas e reivindicações dos consumidores onde compõe sua região, e trabalhar na solução das reivindicações em cooperação com a Diretoria Executiva.

e) Ampliar o número de consumidores associados na sua região;

d) Distribuir as publicações da IDECON-AL e divulgar suas atividades

e) Encaminhar a diretoria Executiva propostas de ações que visem o atendimento das reivindicações específicas para a coletividade, bem como a melhorar a qualidade de vida dos consumidores de Alagoas.

f) Participarem de Congressos, Plenárias, Encontros, Seminários e qualquer evento realizado pela ASSODECON-AL.

Art. 29 - Compete a Coordenadoria Executiva:

a) representar a IDECON-AL e defender os interesses da Entidade perante o Executivo, Legislativo e Judiciário;

b) elaborar plano de trabalho e orçamento, para o exercício;

c) aprovar a admissão de novos associados;

d) indicar representante da IDECON-AL,

e) convocar Assembleia Geral ordinária e extraordinária nos termos deste Estatuto; cumprir e fazer cumprir as deliberações tomadas em reuniões em todas as suas instâncias;

g) analisar e discutir trimestralmente relatórios financeiros da tesouraria e secretaria de administração;

h) garantir a filiação de qualquer sócio observando apenas as determinações deste Estatuto;

i) reunir-se em sessão ordinária uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre a maioria da Diretoria convocar

j) aprovar por maioria de votos, o balanço anual das ações em defesa dos consumidores, bem como encaminhar propostas do plano-orçamento anual e os balanços patrimoniais e financeiros anuais a Assembleia Geral;

k) prestar contas de suas atividades e do exercício financeiro até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício, e até 30 (trinta) dias antes do término do mandato, igualmente, fornecer demonstrativos semestrais de receitas e despesas aos sócios;

l) manter organizados e em funcionamento os diversos setores da IDECON-AL

m) programar a política de mobilização da comunidade através da IDECON-AL;

n) convocar e reunir anualmente a Assembleia Geral Ordinária.

O) Não poderá fazer parte da diretoria Executiva, bem como no Conselho Fiscal, Parentesco até 3º (terceiro) grau. Art. 30 - A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente quando necessário, com no mínimo a metade de seus membros e deliberados por maioria dos presentes.

Parágrafo 1º - Poderá participar das reuniões ordinárias e extraordinárias da Coordenadoria Executiva todo e quaisquer associados quites somente com direito a voz;

Parágrafo 2º - Estará automaticamente destituído da Coordenadoria Executiva, do Conselho Fiscal e/ou dos

Departamentos, O membro efetivo que deixar de comparecer a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) reuniões não consecutivas, salvo se as ausências forem justificadas pelos demais membros efetivos.

Art. 31 - AO PRESIDENTE COMPETE:

Notário Público  
F. H. Comarca  
OAB AL 5566





e) presidir reuniões da Coordenadoria Executiva e Assembleia Geral Ordinárias e extraordinárias;





obrigações sociais pagas as dívidas legítimas e decorrentes de suas responsabilidades, o seu patrimônio social reverterá em benefício da APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXPCIONAIS.

**Parágrafo 1 - A IDECON-AL** não distribui lucros, vantagens ou bonificações a seus dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma e os cargos de representação e de administração da IDECON-AL não serão remuneradas.

**Parágrafo 2º -** nos casos de algum diretor viagem para representar a IDECON-AL este receberá uma ajuda de custo em forma de diária para alimentação e pousada o valor será decidido em assembleia geral.

#### **CAPÍTULO VII PROCESSO ELEITORAL:**

**Art. 49 -** As eleições para renovação da Coordenação Executiva e Conselho Fiscal realizam-se simultaneamente, a cada 04 (quatro) anos, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos vigentes, conforme o disposto neste estatuto, e será convocada pelo Conselho Consultivo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Será eleita uma comissão eleitoral que juntamente com os candidatos inscritos fará um regimento do processo eleitoral para a realização da eleição.

**Art. 50 -** Será garantida por todos os meios democráticos a lisura do pleito eleitoral para a administração da IDECON-AL garantindo-se condições de igualdade às chapas concorrentes, especialmente no que se refere ao processo eleitoral com fiscais e observadores, tanto na coleta como na apuração dos votos.

**Art. 51 -** só poderá participar do processo eleitoral como eleitor ou candidatos os consumidores dos devidamente associados conforme previsto neste estatuto.

#### **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 52 -** Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos neste estatuto.

**Art. 53 -** Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, Conselho Fiscal e em. Última instância pela Assembleia Geral, ouvindo as determinações deste Estatuto.

**Art. 54 -** O exercício fiscal terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da IDECON-AL, de conformidade com as disposições legais.

**Art. 55 -** O presente estatuto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, às 09 Horas do dia 08 de ABRIL de 2016, e só poderá ser alterado ou reformulado mediante proposta da DIRETORIA Executiva, Conselho Fiscal ou de qualquer associado em Assembleia Geral Extraordinária, onde estejam presentes pelo menos 10% dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

Presidente – IDECON-AL

Tony Clóves Pereira

Secretário – IDECON-AL

Clênio Carlos das Silva



Notário Público  
H. Camargo  
OAB nº 3000



## Instituto de Defesa dos Consumidores do Estado de Alagoas.

Quadrênio - 2020/2024

ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA LEI nº 7.940/2017

Sede localizada na Rua vereador João Dantas Feitoza, 413 – Centro – CNPJ: 02.744.442/0001-78.

Delmiro Gouveia – Alagoas.

Fundada em 1998

Aos 19 (dezenove) dias do mês de março de 2020, na Sede localizada na Rua vereador João Dantas Feitoza, 413 – Centro – Delmiro Gouveia – Alagoas foi realizada a Assembleia Geral de eleição e posse da nova Diretoria do IDECON-AL. Conforme edital de convocação 01/2020, aberto os trabalhos, presidindo a presente Assembleia do Sr. Tony Cloves Pereira e secretariado pela Sra. Maria Elia de Araújo Pereira, membro do Conselho Fiscal, o Presidente da Mesa dos Trabalhos falou sobre a importância do IDECON-AL, reformula seu estatuto amplamente e modifica sua razão social, tendo em vista que será desenvolvido trabalhos em defesa dos consumidores, devido a necessidade de avançar, pois é preciso chegar mais perto dos consumidores alagoanos, onde será realizado parcerias com o PROCON – AL, CONSELHOS, ENTIDADES DE CLASSES, o presidente da sociedade civil continuando, passou a palavra aos presentes o senhor Albino Serafim que disse que realmente o consumidor do estado de Alagoas precisar efetivamente de uma entidade que defenda os consumidores alagoanos mesmo o PROCON desenvolvendo a defesa dos consumidores sentiu que o mesmo tem dificuldades de chegar a todos os municípios de Alagoas e uma parceria para avançar muito. Usando da palavra o Sr. JUADERSON que o IDECON-AL e sua modificação estatutária como IDECON-AL (instituto de defesa dos consumidores do Estado de Alagoas) e endereço para a Rua Vereador João Dantas Feitoza, 413 – centro – Delmiro Gouveia/AL, nada mais é que um avanço, dou total apoio para as modificações solicitadas; IDECON-AL e defendeu as mudanças de nome, logomarca e endereço que em seguida foi aprovado por todos presentes, devendo ser encaminhado para as devidas mudanças burocráticas em lei. Terminando a palavra foi eleita a diretoria que ficou assim constituída: Presidente: TONY CLOVES PEREIRA, Rg 619119 SPP/AL, CPF 071.636.23410, Casado, empresário, Domiciliado à Rua Vereador João Dantas, 413, centro – Delmiro Gouveia – AL, Vice-Presidente: Juaderson Barbosa de Brito, agricultor, Casado, Rg 39.590.600-3 SPP/SP, CPF 279.549.658-56 Residente travessa Marechal Hermes da Fonseca n°. 55 eldorado Delmiro Gouveia /AL, Secretário: Clelio Carlos Dias Silva, estudante, Casado, Rg 34741690-0 SPP/AL CPF 104.571.744.-47, Residente na Rua Vereador João Dantas Feitoza n°. 543 – centro – Delmiro Gouveia/AL, Tesoureira: Maria Elia de Araújo Pereira, Profissão funcionária pública, casada, Portadora do Rg 2001001306027 SPP/AL, CPF 679.426.874-49, Residente na Rua do chafariz, 06 bairro Pedra Velha, Delmiro Gouveia, Alagoas, Diretor de Comunicação: Marluce Maria da Silva MDLLEA, Rg: 1139027 SPP/AL, CPF 022.546.714-30, Estado Civil: casada, Profissão: Empresaria, Residente rua Vereador Joao Dantas Feitoza, 422 Delmiro Gouveia – Alagoas. 1º CONSELHO FISCAL: Oberman Alves Silva, Rg 792757 SPP/AL, CPF 564.575.534.00, Estado Civil casado, funcionário público, residente e domiciliado na rua Ana Nery bairro novo Delmiro Gouveia – Alagoas. 2º CONSELHEIRO FISCAL Tarciso Cloves Araújo, estudante, solteiro, Rg 12229663 SPP/AL CPF 827842994-49, Residente a Vereador Dantas Feitosa Rg 2009484 SPP/AL, CPF 067.605.554-06, Estado Civil Casado, Padeiro, Residente e Domiciliado no Povoado Maria Bonita – Zona rural – Delmiro Gouveia – Alagoas, 3º - CONSELHEIRO FISCAL: Maria Aparecida Gomes Dantas, Rg 909758 SPP/AL, CPF 457.119.334.34 ESTADO Civil: casado, residente rua Juscelino Kubitschek, 223, eldorado, Delmiro Gouveia/AL, 1º SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: Francisco Batista da Silva, Rg 2009484 SPP/AL, CPF 067.605.554-06, Estado Civil Casado





Delmiro Gouveia, 19 de março de 2020.

TONY CLOVES PEREIRA  
PRESIDENTE

Maria Elia de Araujo Pereira

TESOUREIRA:

MARLUCE MARIA DA SILVA/MDLLA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Tarcisio Claves Araujo

2.º CONSELHEIRO FISCAL

Francisco Batista da Silva

1.º SUPLENTE CONSELHEIRO

João de Jesus Tenório

3º SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE DA MESA

GLEIDE SILVA FERREIRA

## 2º SÚLPENTE DO CONSELHO FISCAL

MARIA RODRIGUES PEREIRA

### 3º CONSELHO FISCAL

MARIA APARECIDA GOMES DANTAS

## 1.º CONSELHEIRO FISCAL

~~OBERMAN ALVES SILVA~~

SECRETARIO

CLENIO CARLOS DIAS SILVA

VICE PRESIDENTE

**JUADERSON BARBOSA DE BRITO**

3º - CONSELHEIRO FISCAL: **Luana de Jesus Tenório**, Estado Civil: solteira, Profissão: recepcionista, RG 3686798 SSP/AL, CPF: 101.947.25, residente no povoado Genivaldo Moura – Zona rural – Delmiro Gouveia – Alagoas.

bomsucego – Delmiro Gouveia – AL,

Deodoro – AL, 2º SUPLENTE: **Maria Rodrigues Pereira**; aposentado, Divorciada, RG 599946 SSPAL bairro Padeiro, Residente e, corretor, residente e domiciliado na Travessa Bosque dos Cajueiros, 26 Marechal



ADVOGADO - OAB / RJ 6631


GABRIEL VARGAS CORREA

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RF atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO

02.744.442/0001-78

MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA

05/08/1998

NOME EMPRESARIAL

INSTITUTO DE DEFESA DOS CONSUMIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS - IDECON-AL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

DEMAIS

PORTO

CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS

94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO

AV COMENDADOR GUSTAVO PAIVA

BAIRRO/DISTRITO

MANGABEIRAS

MUNICÍPIO

MACÊIO

UF

AL

CNPJ

57.037-532

ENDEREÇO ELETRÔNICO

MARLYCONTA@GMAIL.COM

TELEFONE

(82) 9912-1333

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

11/11/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/02/2023 às 04:36:19 (data e hora de Brasília).

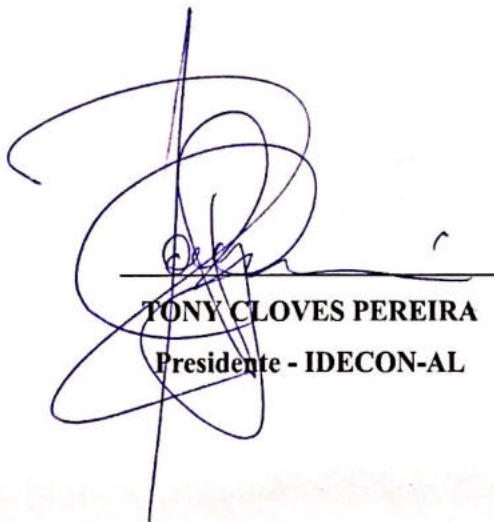
# **IDECON-AL**

Instituto de Defesa dos Consumidores do Estado de Alagoas  
CNPJ 02.744.442/0001-78

## **TERMO DE COMPROMISSO**

Pelo presente termo de compromisso, o INSTITUTO DE DEFESA DOS CONSUMIDORES DO ESTADO DE ALAGOAS, inscrito no CNPJ nº 02.744.442/0001-78, com sede na Avenida Comendador Gustavo Paiva, nº 2789, bairro Mangabeiras, Maceió, Alagoas, neste ato representado pelo presidente TONY CLOVES PEREIRA, inscrito no CPF nº 071.636.234-10, compromete-se, para fins do inciso IV do artigo 2º da Lei nº 4.294 de 07 de fevereiro de 1994, que regulamenta a concessão do Título de Utilidade Pública, em publicar semestralmente o demonstrativo com aplicação dos recursos recebidos a título de doação pelo poder público.

Maceió/AL, 23 de novembro de 2023.



**TONY CLOVES PEREIRA**  
Presidente - IDECON-AL



# IDECON-AL: Instituto de Defesa dos Direitos do Consumidor

O IDECON-AL é uma organização que atua em defesa dos direitos do consumidor no estado de Alagoas desde 1998. Nosso trabalho é garantir que os consumidores tenham seus direitos respeitados e que as empresas cumpram as legislações vigentes.

**Procon - AL**  
PARA TODOS





# Missão e objetivos

## Missão

Defender e proteger os direitos dos consumidores através da educação, do monitoramento e do aprimoramento das leis de proteção ao consumidor.

## Objetivos

- Criar uma cultura de conscientização sobre os direitos do consumidor
- Monitorar e combater abusos por parte de empresas e fornecedores
- Fortalecer as leis de proteção ao consumidor



# Histórico e fundação

## Primeiras Atuações

Nos primeiros anos, o IDECON-AL realizou diversas manifestações e atos para chamar a atenção para questões importantes relacionadas aos direitos do consumidor.

1

### Fundação

O IDECON-AL foi fundado em 5 de agosto de 1998 por um grupo de ativistas que buscava lutar pelos direitos dos consumidores em Alagoas.

2

3

### Legislação

Uma das principais conquistas do IDECON-AL foi a aprovação da Lei Estadual nº 7.215/2013, que fortaleceu os direitos do consumidor em Alagoas.



# Atuação nos conselhos

## Conselho de Saúde do Estado de Alagoas

O IDECON-AL é membro atuante do Conselho Estadual de Saúde, onde luta pela proteção dos usuários do SUS no setor de telecomunicações.

## Conselho do PROCON Maceió

O IDECON-AL é reconhecido e respeitado pela sua atuação no Conselho do PROCON Maceió, onde tem trabalhado para garantir que os direitos dos consumidores sejam respeitados.

## Conselhos da TIM, Oi e Vivo

O IDECON-AL tem participado dos conselhos de operadoras de celular como e Embratel, Oi e Vivo para garantir que as empresas respeitem os direitos dos consumidores.



# Parcerias e participações estratégicas

## Participação em Audiências Públicas

O IDECON-AL tem participado de audiências públicas para discutir questões importantes para os consumidores, como qualidade dos serviços e aumento de tarifas.

1

2

3

## Parceria com o PROCON Estadual

O IDECON-AL tem trabalhado em parceria com o PROCON Estadual para garantir que os consumidores tenham seus direitos respeitados em todo o estado.

## Desenvolvimento de Aplicativo

O IDECON-AL lançou recentemente um aplicativo para facilitar a denúncia de práticas abusivas por parte de empresas e fornecedores.

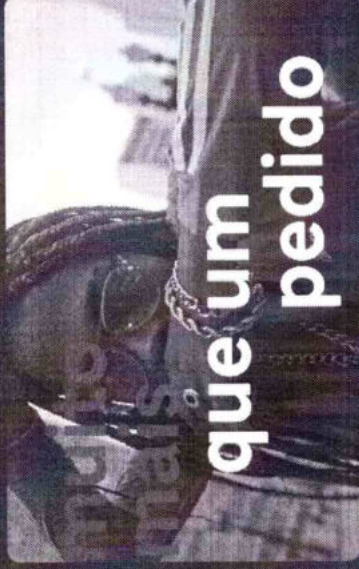


# Atividades realizadas em prol dos consumidores



## Atendimento ao Consumidor

O IDECON-AL oferece atendimento gratuito ao consumidor, orientando sobre seus direitos e auxiliando na resolução de conflitos.



## Campanhas educativas


O IDECON-AL realiza diversas campanhas educativas para conscientizar os consumidores sobre seus direitos e o que fazer em caso de abusos.



## Representação Judicial

O IDECON-AL representa judicialmente os consumidores em ações coletivas e individuais, buscando sempre garantir seus direitos.





# Resultados obtidos e impacto da atuação do IDECON-AL

## 1 Aumento da Conscientização

O IDECON-AL tem contribuído para aumentar a conscientização dos consumidores sobre seus direitos, o que leva a um consumo mais consciente e seguro.

## 2 Redução das práticas abusivas

A atuação do IDECON-AL tem levado à redução das práticas abusivas por parte de empresas e fornecedores, o que garante mais segurança e respeito aos consumidores.

## 3 Garantia dos Direitos do Consumidor

O IDECON-AL tem trabalhado incansavelmente para garantir que os direitos do consumidor sejam respeitados em Alagoas, obtendo assim importantes vitórias em defesa dos consumidores.



# Contato e oportunidades de apoio ao IDECON-AL

**Telefone:**

(82) 999121333

**Email:**

ideconinstituto@gmail.com

**Endereço:**

Avenida Comendador Gustavo Paiva, 2789 - Sala 803

**Redes Sociais:**

[Facebook](#), [Instagram](#)

Você pode apoiar o trabalho do IDECON-AL através de doações ou como voluntário. Ajude-nos a continuar lutando pelos direitos do consumidor em Alagoas!

## Como apoiar o IDECON-AL

Existem diversas formas de apoiar o IDECON-AL:

1. Fazendo uma doação financeira para que possamos continuar nosso trabalho.
2. Se tornando um voluntário e nos ajudando em nossas atividades.
3. Compartilhando nossas postagens nas redes sociais para que mais pessoas conheçam nosso trabalho.
4. Participando de nossos eventos e palestras.

Qualquer ajuda é bem-vinda! Entre em contato conosco para saber mais.





MUNICÍPIO DE MACEIÓ  
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ  
GABINETE DA VEREADORA OLÍVIA TENÓRIO

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2023

*Dispõe sobre a lei Ana Clara Benevides que torna obrigatório o fornecimento de água em shows, espetáculos e eventos de grande circulação de pessoas e o acesso gratuito de garrafas de água de uso pessoal e em material transparente e não cortante.*

**A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ RESOLVE:**

**Art. 1º** Dispõe sobre a lei Ana Clara Benevides que torna obrigatório o fornecimento de água em shows, espetáculos e eventos de grande circulação de pessoas e o acesso gratuito de garrafas de água de uso pessoal e em material transparente e não cortante.

**Parágrafo Único:** Entende-se por eventos com grande circulação de pessoas: todo aquele evento de caráter público ou privado que possua uma estrutura para acomodar uma média de 20.000 pessoas ou mais.

**Art. 2º** As organizadoras dos eventos deverão garantir que os pontos de distribuição gratuita de água potável estejam dispostos em regiões estratégicas do local do evento a fim de facilitar o acesso pelos consumidores, consideradas a estrutura física e a quantidade estimada de participantes.

**Parágrafo Único:** Regulamento do Poder Executivo determinará a quantidade de pontos de fornecimento de água levando em consideração a estimativa de público e a natureza do evento.

**Art. 3º** Torna-se obrigatório a disponibilização de água potável, nos eventos com capacidade para acomodar mais de 20 mil pessoas.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Vereadora Olivia Tenório, Câmara Municipal de Maceió, em 18 de novembro de 2023.

**Olívia Coimbra Tenório Vilaça**  
Vereadora



## JUSTIFICATIVA

Inicialmente, cumpre destacar a viabilidade do então projeto de lei, que tem como objetivo garantir segurança ao consumidor, garantindo assim que ele possa adentrar com sua garrafa de água em shows, eventos e espetáculos com grande circulação de pessoas, e, caso ele não queria se valer desse direito, garantir que as empresas produtoras de eventos, forneçam água potável no interior da festividade quando a estimativa de público passar de 20 mil pessoas.

Recentemente, tivemos o caso do falecimento de Ana Clara Benevides, onde ela faleceu devido a uma hemorragia pulmonar, pois, Ana Clara estava exposta a alta temperatura solar em um evento artístico de música na cidade do Rio de Janeiro, e a organização do evento proibiu o acesso ao evento com garrafas de água de uso pessoal e não disponibilizou ilhas de hidratação no interior do evento.

Dito isto, o Município de Maceió possui altas temperaturas, e com a realização de eventos fechados, a sensação térmica aumenta exponencialmente, desse modo, é de fundamental importância a hidratação e a distribuição de bebedouros no interior das festividades.

Portanto, a disponibilização de água em eventos é uma prática importante para promover a saúde, a sustentabilidade e o bem-estar de todos os participantes.

Pelo exposto, esse projeto de lei vem garantir a certeza de que o consumidor tenha seus direitos e garantias preservados, conto assim com os nobres pares, para o seu prosseguimento e aprovação.



**Olívia Coimbra Tenório Vilaça**  
Vereadora



Estado de Alagoas  
Câmara de Vereadores de Maceió  
**Gabinete do Vereador Rodolfo Barros**

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ DE 2023**

**INSTITUI O PROGRAMA  
IMPrensa JOVEM NO ÂMBITO  
DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Maceió, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Imprensa Jovem, no âmbito do município de Maceió, com o objetivo de desenvolver a Educomunicação potencializando a Alfabetização Midiática Informacional, a Educação Midiática, o direito à comunicação e à liberdade de expressão de forma ética e responsável.

Art. 2º O Programa ora instituído fundamentar-se-á nos princípios da Educomunicação.

I - Para fins do disposto nesta lei, entender-se-á a expressão Educomunicação como o conjunto de ações destinadas a criar e a desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços culturais, midiáticos e educativos formais e não-formais, mediados pelas linguagens e processos da comunicação e/ou das artes, bem como pelas tecnologias da informação e comunicação, garantindo-se as condições para a aprendizagem e o exercício da liberdade de expressão.

Art. 3º O Programa Imprensa Jovem terá como objetivos gerais:

**Câmara Municipal de Maceió - Gabinete do Vereador Rodolfo Barros**  
Rua Sá e Albuquerque, nº 564 – Jaraguá, Maceió/AL



Estado de Alagoas  
Câmara de Vereadores de Maceió  
**Gabinete do Vereador Rodolfo Barros**

- I - Criar ecossistemas comunicativos abertos e democráticos para promover os direitos humanos, em particular o direito à comunicação e à liberdade de expressão, no âmbito das comunidades escolares;
- II - Promover e fortalecer os princípios democráticos, a laicidade da escola pública e o exercício da cidadania;
- III - Impulsionar o protagonismo infanto-juvenil por meio da autoria das crianças e jovens, a partir das linguagens midiáticas e suas tecnologias;
- IV - Promover o diálogo, a tolerância, o respeito e a solidariedade;
- V - Promover a expressão comunicativa, cultural e criativa de bebês, crianças, jovens e adultos, respeitando-se a diversidade e potencializando a sua riqueza;
- VI - Potencializar o desenvolvimento da competência verbal - oral, da leitura e da escrita de crianças e jovens por meio de projetos colaborativos e de autoria;
- VII - Promover o exercício permanente de leitura crítica dos meios de comunicação e a autonomia das crianças e jovens frente aos mesmos;
- VIII - Contribuir para o letramento digital;
- IX - Contribuir com o fortalecimento da educação pública de qualidade como um direito de todas as crianças, jovens e adultos em idade escolar;
- X - Promover o acesso a informações e outros conteúdos de mídia.

Art. 4º - A Prefeitura Municipal de Maceió, para atingir os objetivos desta propositura, através de seus órgãos competentes, poderá:

**Câmara Municipal de Maceió - Gabinete do Vereador Rodolfo Barros**  
Rua Sá e Albuquerque, nº 564 – Jaraguá, Maceió/AL



Estado de Alagoas  
Câmara de Vereadores de Maceió  
**Gabinete do Vereador Rodolfo Barros**

I - Organizar programas intersecretariais visando promover e estimular crianças, jovens e adultos, desenvolver práticas de educomunicação e/ou educação midiática;

II - Adotar a metodologia e processos do Imprensa Jovem para potencializar a produção e o acesso à informação descentralizada e colaborativa nos órgãos da prefeitura;

III - Celebrar convênios com entidades governamentais e não governamentais, estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas em todos os níveis, devidamente reconhecidas, e demais órgãos da sociedade civil; obter apoio, buscar promoção e promover ampla divulgação junto aos mais diversos meios de comunicação, para melhor atendimento aos objetivos gerais do projeto;

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**RODOLFO BARROS**  
VEREADOR - PSB



Estado de Alagoas  
Câmara de Vereadores de Maceió  
**Gabinete do Vereador Rodolfo Barros**  
**JUSTIFICATIVA**

A Educomunicação, uma abordagem pedagógica que integra educação e comunicação, tem demonstrado ser uma estratégia metodológica poderosa para estimular a expressão comunicativa e criativa dos estudantes. O projeto Agência de Notícias Imprensa Jovem é um exemplo notável dessa sinergia entre educação e comunicação, desempenhando um papel destacado ao proporcionar aos estudantes oportunidades concretas de desenvolver projetos de intervenção social e fortalecer os laços entre a escola e a comunidade por meio da comunicação.

O Programa Imprensa Jovem, que teve origem em 2005 como uma sugestão inspirada pelos estudantes da EMEF Pedro Teixeira, evoluiu ao longo do tempo para se tornar uma iniciativa oficial em 2016, consolidando os princípios da Educomunicação em diálogo com a Educação Midiática. Nos seus 18 anos de existência, o programa beneficiou quase 100.000 estudantes, utilizando as tecnologias de comunicação para ampliar a disseminação de conteúdo, promovendo tanto a produção quanto o consumo de informações entre os próprios alunos.

As Agências de Notícias do Imprensa Jovem são reconhecidas como impulsionadoras das vozes dos estudantes na comunidade, desempenhando um papel crucial na moldagem do currículo educacional da cidade de São Paulo. Através de uma abordagem pioneira no contexto brasileiro, o Imprensa Jovem conduziu a maior pesquisa nacional sobre as opiniões dos estudantes em relação à Educação, envolvendo a participação de 43.655 indivíduos. As atividades jornalísticas desse programa estabelecem conexões significativas entre estudantes, professores, famílias e a comunidade em geral, reforçando seu papel como um componente vital da educação.

O envolvimento ativo e participativo dos jovens repórteres em eventos importantes e atividades comunitárias destaca a relevância do Programa Imprensa Jovem. Este programa é definido pelos próprios estudantes como um espaço de expressão, onde eles não apenas consomem, mas também produzem notícias. As



Estado de Alagoas  
Câmara de Vereadores de Maceió  
**Gabinete do Vereador Rodolfo Barros**

agências de notícias nas escolas desempenham um papel crucial na promoção da comunicação descentralizada em diversas localidades.

Atualmente, o Imprensa Jovem destaca-se como a principal prática de Alfabetização Midiática e Informacional na América Latina e no Caribe, sendo reconhecido globalmente. Em 2020, a UNESCO reconheceu essa iniciativa com o Prêmio Aliança Global pela Mídia e Informação, e o programa recebeu diversos outros reconhecimentos, incluindo o Prêmio Mariazinha Fusari da USP, o Prêmio ARede em Mídias Sociais e o Prêmio de Aprendizagem Criativa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts. O convite para carregar a tocha olímpica, feito pelo comitê dos Jogos Olímpicos do Brasil, ilustra a notoriedade alcançada pelo programa.

O Imprensa Jovem, originado em 2005 a partir das ideias do professor Carlos Alberto Mendes de Lima e seus alunos do projeto Rádio Escola Educom, está atualmente presente em 385 escolas e atende 7.000 estudantes. O programa abrange projetos como radioescola, produção audiovisual, jornal, blog, mídias sociais, fotografia e jornalismo web.

Em síntese, o Imprensa Jovem representa mais do que uma iniciativa educacional; é uma tecnologia social que transcende o ensino tradicional. Sua relevância e impacto justificam plenamente a criação de uma lei que reconheça e apoie oficialmente esse programa transformador. A proposta de instituir o Programa Imprensa Jovem em Maceió, nos moldes apresentados no Projeto de Lei, é congruente com a trajetória de sucesso dessa iniciativa, contribuindo para promover a Educomunicação e fortalecer os laços entre educação, comunidade e liberdade de expressão de maneira ética e responsável.